

# **Jornalismo de si:** subjetividade e partilha de experiências na cultura contemporânea

*Journalism about the self: subjectivity and sharing of experiences in contemporary culture*

**Valéria Maria Sampaio Vilas Bôas Araújo**

Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. Membro do Centro de Pesquisa em Estudos Culturais e Transformações na Comunicação/TRACC (FACOM/UFBA) <<http://tracc-ufba.com.br/>>

## **Resumo**

Este artigo propõe uma discussão sobre jornalismo e subjetividade a partir de uma argumentação que considera que, embora o discurso hegemônico sobre a instituição se construa a partir do ideal da objetividade, de um texto constituído apenas pelos fatos e cujo autor deixa de ser sujeito para assumir a identidade de jornalista, a subjetividade foi sempre constituidora do texto jornalístico. Assim, pensando a partir dos estudos culturais o jornalismo como uma instituição social com formas, valores e funções conformados historicamente, e os sujeitos como indivíduos que se reconhecem a partir de uma ampla rede de relações de poder, de tradições culturais, de representações de identidades, argumentamos que, em um contexto cada vez maior de centralidade dos sujeitos na cultura contemporânea, os discursos sobre si tem sido uma forte tendência também no jornalismo.

**Palavras-chave:** jornalismo; subjetividade; experiência.

## **Abstract**

This paper proposes a discussion on journalism and subjectivity from an argument that considers that although the hegemonic discourse of the institution is built on the ideal of objectivity, subjectivity was always a component of the journalistic text. So, thinking from the cultural studies that journalism is a social institution with shapes, values and functions historically conformed, and the subjects as individuals who recognize themselves from an extensive network of power relations, cultural traditions, representations of identities, we argue that in a context of increasing centrality of the subject in contemporary culture, the discourse on itself has been a strong trend also in journalism.

**Keywords:** journalism; subjectivity; experience.

A discussão sobre subjetividade no jornalismo tem ficado, durante muito tempo, à sombra daquele que tem se configurado como um dos principais valores de legitimação da atividade – a construção de objetividade que separa fato de opinião e legitima o trabalho jornalístico como ligado à razão e à verdade. Atualmente, porém, a conformação de um contexto sócio-cultural com limites cada vez mais borrados entre público e privado, pessoal e comum, tem dado destaque a uma série de formas comunicativas, também no jornalismo, que, ao atribuir um lugar privilegiado para os discursos de si dos sujeitos contemporâneos, jogam luz sobre os modos como temos abordado a relação entre relatos dos fatos a partir do jornalismo e suas imbricações com os relatos de nós mesmos.

Acreditamos, como Peter Dahlgren (2000), que muitos dos problemas com o discurso hegemônico sobre o jornalismo podem ser delineados por uma extensa rigidez de uma perspectiva dualista que o leva a uma postura defensiva na relação com os valores e conceitos que, historicamente, foram definidos antagonicamente à sua instituição, como a dicotomia entre razão e emoção, já amplamente superada no pensamento científico contemporâneo. Os estudos culturais, corrente que serve de norte teórico-metodológico para a nossa abordagem neste artigo, têm enfatizado a necessidade de pensarmos a constituição dos cidadãos – sujeitos implicados diretamente na concepção política que concebe o jornalismo a partir da teoria do conhecimento – enquanto públicos e

mais do que consumidores midiáticos anômicos, isolados em suas casas, eles exigirão quadros de experiência partilhados e materiais simbólicos em estado natural para moldar as suas identidades coletivas, mesmo se impermanentes. Em outras palavras, um pré-requisito para o funcionamento dos públicos é algum sentido subjetivo de comunidade<sup>1</sup> (DAHLGREN, 2000, p.17).

Nesse sentido, partimos da premissa de que o estabelecimento de formas convencionadas ou reconhecidas do jornalismo se legitimam a partir de disputas que não se referem nunca exclusivamente à instituição do jornalismo de modo apartado da cultura, mas, seguindo Michael Schudson (2003), consideramos que as notícias, por exemplo, tomam forma a partir de convenções que as tornam mensagens legíveis para culturas específicas: “a função dessas convenções é, sobretudo, dar forma e limitar que tipos de verdades podem ser ditas” (p.55). Reconhecemos, portanto, que os valores de regulação da atividade, como aquelas de objetividade e imparcialidade, tem validade, sobretudo, porque enquadram o modo como o jornalismo é socialmente aceito, e regulam, pelo menos retoricamente, as ações profissionais

e as expectativas do público (GOMES, 2007, p. 6).

Assumimos, então, que entendemos que a subjetividade foi sempre constituidora do texto jornalístico, ainda que o discurso hegemônico sobre a instituição se construa a partir do ideal da objetividade, de um texto constituído apenas pelos fatos e cujo autor deixa de ser sujeito para assumir a identidade de jornalista. Acreditamos ainda que o contexto contemporâneo em que os discursos dos sujeitos sobre si mesmos tem sido cada vez mais centrais na constituição na cultura ocidental tem sido forte também na conformação de modos de narrar do jornalismo, favorecendo a observação do que há de subjetivo e pessoal na atividade do repórter.

Assim, propomos neste artigo, uma discussão sobre jornalismo e subjetividade que considera o jornalismo como uma instituição social com formas, valores e funções conformados historicamente e, portanto, cada vez mais relacionados a um contexto de centralidade dos sujeitos na cultura contemporânea; mas também, como uma instituição que surge com a função de prover informações para que os sujeitos atuem em suas sociedades e, portanto, como algo que ajuda a prover liga à partilha de experiências materiais dos sujeitos com as comunidades das quais fazem parte.

### **Sobre jornalismo e subjetividade**

Em um ensaio de 1926 publicado no *International Journal of Ethics*, George Mead discute a natureza da experiência estética e argumenta, entre suas conclusões, que a imprensa diária é um dos mecanismos que permite a aproximação entre os homens e, conseqüentemente, a partilha de sentidos e experiências. Embora reconheça que o jornal tem outras funções, entre as quais a principal é a de publicização da notícia e que sua valoração financeira está diretamente ligada a isso, Mead acredita que o valor informativo das notícias é acionado apenas em situações específicas, afirmando que maioria delas tem um valor de diversão ou um valor consumatório, ou seja, são histórias e não necessariamente fatos.

O repórter geralmente é enviado para fora para procurar uma história, não os fatos. Além disso, jornais são órgãos de certos grupos bastante definidos. Eles exigem que a notícia deve tomar formas que estejam o máximo possível em conformidade com o resultado esperado por eles. É este reino da fantasia de imaginado agradável resultados que dita a política da imprensa diária. (MEAD, 1926, p.390)

Mas embora a imprensa diária tenha se firmado e se legitimado como indústria a partir da oferta diversificada de cobertura de eventos cotidianos para além das informações objetivas e factuais, o que se institucionalizou como discurso hegemônico sobre o jornalismo a partir dos anos 20 do século XX se sustenta, sobretudo, a partir do discurso da objetividade como matriz fundadora do jornalismo moderno e referência maior para afirmação de sua credibilidade. Nesse sentido, Michael Schudson (2010) localiza em Walter Lippmann o maior porta-voz da noção, para quem a ciência poderia ter a saída para o jornalismo através de seu método, da disciplina que levaria o jornalismo a coibir documentação falsa, a identificar as fontes, a criar institutos de pesquisa independentes dos poderes políticos (p. 179). Analisa Schudson, contudo, que as proposições de Lippmann levaram o jornalismo de volta a um empirismo ingênuo. Para o autor,

A crença na objetividade é menos central para o jornalismo americano do que a base em que se enraizou. Essa base, na qual tanto opositores quanto defensores da “objetividade” no jornalismo se erguem, é o relativismo, uma crença na arbitrariedade dos valores, a sensação do “profundo silêncio” da modernidade para qual o ideal da objetividade foi a única resposta (SHUDSON, 2010, p. 186).

Assim, Schudson destaca que, ao longo do tempo, o jornalismo atribuiu espaços específicos para se resguardar do que é construído discursivamente como não objetivo, como o que se costuma classificar como opinião e ideologia – as colunas, os editoriais, a crítica cultural. Esse argumento, no entanto, apenas corrobora um apartamento entre as dimensões de objetividade e subjetividade no jornalismo. Segundo Schudson,

Nem todos os jornalistas poderiam ser colunistas, tampouco todos eram livres para escrever interpretativamente. Os repórteres diários ainda precisavam acreditar no valor de seu melhor trabalho na busca e apresentação dos fatos. Eles necessitavam de uma estrutura dentro da qual poderiam levar o seu trabalho a sério e convencer seus leitores e críticos a levá-los a sério também. Isso era o que a noção de “objetividade”, como fora elaborada nas décadas de 1920 e 1930, tentava oferecer. (SCHUDSON, 2010, p.178)

Rosalind Coward, em seu *Sepaking Personally* (2013), destaca a reportagem como mais um desses lugares em que o jornalismo permite-se não ser necessariamente objetivo e argumenta que “as convenções profissionais do jornalismo podem ter sido calcificadas em um estilo impessoal para os relatos de notícias, mas a reportagem com forte presença autoral sempre floresceu.” (p. 21) Nesse sentido, Coward destaca que o sentido de testemunho e presença sempre foi forte para manter a confiabilidade dos jornalistas – eles podiam

relatar a verdade porque viram, estiveram lá. Assim, embora pareça paradoxal com as convenções da atividade, técnicas como imersão, entrevistas e diálogo, são clássicas de reportagem (p.22).

Seguindo as pistas dadas por Schudson (2010) e Coward (2013), argumentamos aqui que o aparente paradoxo das relações entre objetividade e subjetividade no jornalismo nos dizem, para além das disputas de legitimação da atividade, de filiações maiores, ideológicas sobre o papel social do jornalismo. Localizamos, por exemplo, no debate entre Walter Lippman e John Dewey – pragmatista como Mead – em seus *The Public Opinion* e *The Phantom Public*, e *The Public and its Problems*<sup>2</sup>, um diálogo que para além de constituir as disputas discursivas de legitimação do jornalismo, diz de modos distintos de conceber as relações entre jornalismo, cultura, sociedade e política e ainda de modos distintos de entendimento de cada umas dessas palavras. Interessado na transformação da Grande Sociedade em uma Grande Comunidade e respondendo à argumentação de Lippman sobre a legitimação da democracia por especialistas e sobre a existência do que considera o homem incompetente, Dewey enfatiza o caráter cultural da formação de conhecimento, hábitos e emoções e defende que o que constitui a ideia de democracia é a consiência clara de uma vida comunitária com todas as suas implicações. Para Dewey (1998), “apenas quando começamos pela comunidade como fato, compreendendo o fato no intuito de clarificar e melhorar os seus elementos constitutivos, nós podemos alcançar uma ideia de democracia não utópica”. (p. 295)

A narrativa, destaca Dahlgren (2000), é um elo fundamental entre o jornalismo e a cultura popular e também uma forma de conhecer o mundo. Ao aproximar os modos de construção do texto narrativo e jornalístico pela reiteração do argumento de que não há linguagem puramente instrumental como reivindicam alguns autores das teorias do jornalismo e de que as narrativas podem também transmitir informações explícitas, Dahlgren abre uma perspectiva de contestação contra “as reivindicações do jornalismo para ancorar em si, plenamente, o domínio racional e ser algo completamente distinto do, digamos, ‘entretenimento’” (DAHLGREN, 2000, p.16). Nesse sentido, o conceito de esfera pública como classicamente definido enquanto um instância de discussão pública dos privados que produziriam uma opinião legitimada pelo consenso e, portanto, uma decisão política legítima, se considerado a partir da cultura popular só poderia ser entendida como um declínio da racionalidade e seus produtos nos efereceriam apenas uma cultura de consumo para satisfazer desejos falsos e comodistas. Pensar as relações entre comunicação, sociedade, cultura e política a partir dos estudos culturais

nos impõe, então, a tarefa de revisão da noção de esfera pública. Para Peter Dalhgren,

os estudos culturais sublinham que, nos lugares da recepção midiática e, de maneira mais geral, no contexto plural da vida cotidiana, as linhas divisórias entre o pessoal e o político, ou o privado e o público, não seguem quaisquer padrões estritos. O psicológico, o cultural e o político se interpenetram. Questões de geopolítica global, o Estado, o setor das corporações, região, bairro, família, identidade, gênero, relações íntimas, raça, classe, o inconsciente, a linguagem e assim por diante ativam uns aos outros e tornam-se atualizados em várias constelações entre as percepções populares<sup>3</sup> (DALHGREN, 2000, p 17).

Entender as relações entre jornalismo e subjetividade a partir dos estudos culturais e para nós, portanto, significa, então, entender as relações entre os sujeitos e sua atuação social e política. Significa entender, também, que os lugares a partir dos quais nos reconhecemos enquanto indivíduos são construídos para nós por uma ampla rede de relações de poder, de tradições culturais, de representações de identidades.

Seguindo o rastro do pensamento sobre o sujeito nos estudos culturais, encontramos em Ana Carolina Escosteguy (2001), uma argumentação sobre a trajetória de elaboração do conceito a partir de duas rotas diferentes. Em uma primeira rota, os estudos de recepção nos apresentam sujeitos receptores descentrados, construídos a partir de diversas posições, mas também ativos, conscientemente resistentes à dominação, transparentes para si próprios – que agiriam, portanto, não como seres fragmentados, mas como seres racionais, conscientes, “uma audiência que sabe o que faz, logo escolhe o que vê”. Traçando uma segunda rota através dos estudos de identidade, sobretudo a partir do trabalho de Stuart Hall, a autora nos indica que há ali uma concepção de “identidade articulada ao passado e presente, em permanente construção, atravessada tanto pelos discursos públicos quanto pelas práticas e experiências dos sujeitos, entranhados numa determinada conjuntura histórica” (ESCOSTEGUY, 2001, p.5).

Para esta segunda tradição dos estudos culturais, entender os sujeitos é, portanto, uma tarefa que nos impõe olhar para além do indivíduo liberal e humanista, e situá-lo em uma rede mais ampla de relações, que são histórico, social e culturalmente construídas. A argumentação da autora sobre essa segunda tradição, parece ecoar uma reivindicação antiga de Edward Palmer Thompson, historiador, e um dos fundadores dos estudos culturais ingleses que ao argumentar pela diferença entre o marxismo e a tradição marxista, se detém na análise do que considera o termo faltante na obra de Marx para explicar a relação entre um modo de produção e o seu processo histórico, a

questão da experiência.

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. [...]. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182)

O que Thompson reivindica a partir da crítica a Althusser e uma certa tradição marxista que analisa as relações dos sujeitos com as estruturas de poder a partir de uma teoria empirista, é uma reconsideração dos valores morais e estéticos como parte das relações reais que constituem os indivíduos enquanto sujeitos. Ele salienta diretamente que as relações que estabelecemos com os sistemas de produção não são relações mantidas exclusivamente como imposição pelo Estado como ideologia, embora não sejam independentes dela, mas estruturadas a partir da experiência, do lugar que constrói subjetividade, e esse processo é materializado também no processo histórico.

Os valores não são ‘pensados’, nem ‘chamados’; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e ‘aprendidas’ no sentimento) no ‘habitus’ de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria (THOMPSON, 1981, p. 194).

Trazer a vida ordinária para o centro da discussão sobre cultura no contexto da Inglaterra do final dos anos 50, momento de seu surgimento, é certamente o movimento definidor dos estudos culturais enquanto corrente teórica. Já naquele momento, o trabalho do historiador Edward Palmer Thompson sobre a formação da classe operária inglesa<sup>4</sup>, junto com os trabalhos de Raymond Williams sobre a relação entre cultura e linguagem<sup>5</sup>, e Richard Hoggart sobre as habilidades da indústria do entretenimento em apropriar-se da vida cotidiana<sup>6</sup>, contribuem para uma redefinição do conceito de cultura levando em conta a cultura das classes trabalhadoras<sup>7</sup>. Assim, se a cultura, como argumentam esses autores, é ordinária, construída pelas nossas experiências materiais, e também constituidora delas, é justamente no sentido de partilha do ordinário, do comum, que se dá a constituição dos sujeitos, que são, portanto, sempre relacionais. Como afirma Thompson (1981),



Interesse é aquilo que interessa as pessoas, inclusive o que lhes é mais caro. Um exame materialista dos valores deve situar-se não segundo proposições idealistas, mas face a permanência material da cultura: o modo de vida, é acima de tudo, as relações produtivas e familiares das pessoas. (p.194)

Pensar o jornalismo a partir da cultura implica, portanto, considerar a dimensão do ordinário, do cotidiano, da experiência comum e material dos sujeitos enquanto produtores e receptores de notícias. É preciso considerar também que essas notícias se originam e se conformam a partir de valores e normas partilhados socialmente e que é justamente nesta partilha que se define o que interessa, o que é mais caro – para fazer referência aos termos utilizados por Thompson. Nesses termos, parece-nos oportuno reafirmar que, sendo os sujeitos definidos numa trama ampla de relações sociais, culturais e históricas, o jornalismo é, ao mesmo tempo, constituído por subjetividades partilhadas e constituidor delas. O que temos observado, contudo, nos últimos anos, é a tendência de um jornalismo em que repórteres falam de si mesmos, de suas experiências pessoais colocando-se no centro do interesse de suas pautas. Argumentamos, finalmente, que este modo de narrar se relaciona a um contexto mais amplo que dá espaço cada vez maior aos relatos de si mesmo na cultura contemporânea.

### **Sobre o jornalismo de si**

Uma pesquisa bibliográfica realizada a partir do Portal de periódicos da Capes em meados de 2015 com as combinações de termos em inglês “journalism +subjectivity”; “journalism + experience”; “journalism + witness”; “autobiographical + journalism”; e “first person + journalism”<sup>8</sup> mostra-nos que novos termos como jornalismo imersivo<sup>9</sup>, ou jornalismo de ponto de vista<sup>10</sup>, e mesmo uma argumentação pelo ressurgimento do jornalismo literário a partir de mídias diversas<sup>11</sup> aparecem para dar conta de uma série de relações entre o produto jornalístico e seus consumidores a partir de perspectivas que ora propõem uma experiência de imersão na notícia através de uso de ambientes virtuais<sup>12</sup>, ora acentuam o caráter individual da presença do repórter na feitura do produto noticioso fazendo vir a tona questões de subjetividade<sup>13</sup>.

Em boa parte dos artigos recuperados a partir dessas palavras-chave, a relação com tecnologia é destacada na possibilidade de oferta de novas



conexões entre o produto jornalístico e seu público como o uso de mapas em 360 graus para exploração de territórios atingidos por terremotos, ou o de um olho biônico com câmera para gravação de documentários a partir de uma perspectiva audiovisual em primeira pessoa que ultrapassa o que se conhece como câmera subjetiva na televisão e no cinema e se aproxima das possibilidades de imersão dos avatares de jogos digitais. Ainda nessa perspectiva, o desenvolvimento de tecnologias de gravação audiovisual cada vez menores e para usos que vão desde a produção de vídeos de família caseiros ou com funções de vigilância a drones com possibilidade de serem acoplados a câmeras profissionais de cinema para realização de imagens aéreas ou selfie drones que seguem seus donos via conexão wifi para gravação de imagens, também tem mudado o cenário da produção de jornalismo audiovisual e televisivo.

Em boa parte dos artigos recuperados a partir dessas palavras-chave, a relação com tecnologia é destacada na possibilidade de oferta de novas conexões entre o produto jornalístico e seu público como o uso de mapas em 360 graus para exploração de territórios atingidos por terremotos, ou o de um olho biônico com câmera para gravação de documentários a partir de uma perspectiva audiovisual em primeira pessoa que ultrapassa o que se conhece como câmera subjetiva na televisão e no cinema e se aproxima das possibilidades de imersão dos avatares de jogos digitais. Ainda nessa perspectiva, o desenvolvimento de tecnologias de gravação audiovisual cada vez menores e para usos que vão desde a produção de vídeos de família caseiros ou com funções de vigilância a drones com possibilidade de serem acoplados a câmeras profissionais de cinema para realização de imagens aéreas ou selfie drones que seguem seus donos via conexão wifi para gravação de imagens, também tem mudado o cenário da produção de jornalismo audiovisual e televisivo.

Observando esse contexto da pesquisa, acreditamos que o discurso sobre o que o jornalismo é ou não é tende a se afastar das práticas materiais desenvolvidas no cotidiano da atividade. Este resultado de mapeamento bibliográfico, por exemplo, deixa ver que, a despeito de os termos da nossa pesquisa concentrarem-se nas relações entre jornalismo e subjetividade – ou entre jornalismo e os sujeitos pessoalmente implicados nos relatos autobiográficos, testemunhais ou em primeira pessoa –, é a relação com as possibilidade tecnológicas que se destaca.

Para dar conta de uma transformação que vai além da simples incorporação de tecnologias recentes aos modos de produção jornalística, é o termo jornalismo confessional, de Rosalind Coward, que nos chama atenção por tirar o peso da determinação tecnológica e chamar em causa a observação

do contexto de emergência de produtos jornalísticos cada vez mais centrados em uma fala dos sujeitos repórteres sobre si próprios. Argumentamos aqui, que o contexto que faz surgir esse jornalismo centrado no falar de si, de um eu subjetivo, é o mesmo contexto da cultura contemporânea em que o borramento cada vez maior entre as esferas do público e do privado faz surgir os reality-shows, as narrativas imersivas apoiadas em métodos de gravação que assumem a posição do sujeito que narra, que dá o tom dos relatos pessoais nas redes sociais online.

Esse contexto sugere que vivemos um momento em que já não apenas os meios de comunicação são constituídos pela cultura, mas, cada vez mais, a cultura é traspassada por subjetividades construídas a partir das nossas apropriações dos meios. Nesse sentido, os talk-show, reality-shows e os programas de tele realidade dizem de um momento em que as pessoas comuns são recrutadas para falar de sua vida e suas experiências cotidianas revelando segredos que até então apenas se revelava em forma de murmúrios confessionais, agora expostos à observação e escuta de todos. É justamente nesse âmbito do que chama de uma sociedade confessional que Rosalind Coward nos sugere observar que o jornalismo em que a personalidade do escritor, suas reações e crenças são visíveis não é novo,

mas é a verdade que jornalismo pessoal cresceu rápido recentemente e deve ser visto em um contexto social mais amplo – a sociedade confessional. Na televisão, nos livros e na internet, há um fascínio com “sua história” – experiências pessoais, histórias e reações. A razão de ser da televisão da realidade é escrutinar a vida das pessoas, dilemas e reações a situações difíceis<sup>14</sup>. (COWARD, 2013, p.10)

Nesse sentido, a autora observa que as confissões sobre experiências reais e, sobretudo, sobre experiências difíceis, passam a ganhar destaque nesse tipo de relato, interessado em emoções, sentimentos e reações. Ao argumentar pela vivência pessoal do repórter como valor de legitimação da notícia, uma série de programas telejornalísticos recentes, por exemplo, se endereçam para o público através de um discurso que promete contar aos seus espectadores histórias reais sobre o mundo em que eles vivem feitos a partir de um ponto de vista específico, o do repórter que experiencia para contar, que é, antes de testemunha, personagem da narrativa jornalística. No Brasil, este é o caso, por exemplo, de A Liga – programa da Rede Bandeirantes baseado no formato *The Team* da produtora argentina eyeworks que começou a ser exibido no Brasil em 2010 com a promessa de que “quantos mais olhos podem ver, mais podem enxergar” –, e do Profissão Repórter – exibido pela Rede Globo e cuja promessa é exibir “os bastidores da notícia e os desafios da reportagem”.

Fora do país, destacamos os americanos “30 days”, apresentado por Morgan Spurlock, produzido e exibido pelo canal FX e que propõe 30 dias de imersão em um determinado estilo de vida não familiar ao jornalista para discussão de questões sociais relacionadas a este ambiente, e “Inside Man”, da CNN, em que o mesmo Morgan Purlock promete uma submersão de si próprio em temas da atualidade ;; “21 días” um programa do canal Cuatro espanhol, cuja proposta é de que sua apresentadora se coloque durante 21 dias, 24 horas por dia, na pele de distintos grupos de pessoas para compreender e mostrar como são suas vidas; e “Dans tes yeux” um programa produzido pela Arte, companhia de tevê franco-germânica, em que uma repórter cega promete uma viagem inédita de sensações e encontros inusitados pelo mundo.

Para Walter Benjamin, a narração é a forma, por excelência, através da qual é possível o intercâmbio de experiências entre sujeitos, e, nesse sentido, quanto mais o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais a história se gravará na memória do ouvinte.

Ela [a narrativa] não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. (BENJAMIN, 1994, p.205)

Assim, o sentido do comum, do que pode ser partilhado, passa pelo subjetivo, mas não se ancora nas individualidades. A experiência, para Benjamin, é algo que coloca em jogo o sentido de comunidade, a trama sociocultural e comunicativa que, na nossa perspectiva, mobiliza o jornalismo enquanto parte dessas sociedades.

### Considerações finais

Parte da tarefa que se impõe quando reconhecemos que o jornalismo é uma instituição social conformada por valores e disputas que vão além de si mesmo e o inserem em um contexto sócio-cultural mais tempo é localizar de que modo a instituição reverbera as transformações dessas formações em suas próprias convenções. Assim, assumimos em primeiro lugar que a subjetividade não é exatamente uma novidade para o jornalismo, e que a escolha discursiva por reconhecê-la ou não, ou ainda por dar a ela nichos específicos dentro da cultura profissional, é uma postura também ideológica. Argumentamos, sobretudo a partir de Thompson, Dewey e Benjamin, sobre

a possibilidade de pensar o jornalismo e sua função social considerando que as experiências vividas e partilhadas pelos sujeitos são parte fundamental da constituição de uma comunidade e, portanto, parte do conjunto de referências a que o jornalismo se refere.

Assim, argumentamos aqui que o aparente paradoxo das relações entre objetividade e subjetividade no jornalismo nos diz, para além das disputas de legitimação da atividade, de filiações maiores, ideológicas sobre o papel social do jornalismo. Essas disputas podem ser observadas, por exemplo, no debate entre Walter Lippman e John Dewey sobre esfera pública – um diálogo que para além de constituir as disputas discursivas de legitimação do jornalismo, diz de modos distintos de conceber as relações entre jornalismo, cultura, sociedade e política e ainda de modos distintos de entendimento de cada umas dessas palavras. Nos aproximando de Dewey, reafirmamos a nossa filiação aos estudos culturais e recorremos a Peter Dahlgren para enfatizar a necessidade de pensarmos a constituição dos cidadãos enquanto públicos. Dahlgren nos auxilia também na afirmação do jornalismo como uma instituição constituída socialmente e cujas normas, valores, formas e funções se definem também na partilha social, na comunhão de sujeitos individuais em público. Assim sendo, entendemos o jornalismo, sobretudo, como parte de um contexto sócio-cultural mais amplo e como uma atividade que é, ao mesmo tempo, constituída e constituidora desse entorno. Nesse sentido, observamos que a tendência recente de uso de relatos pessoais como forma de narrativas jornalísticas – que se espalham em blogs, colunas de jornais, programas telejornalísticos, etc – se relaciona com um contexto mais amplo da cultura contemporânea em que o sujeito ganha centralidade e conforma também modos de narrar para além do jornalismo: dos reality-shows com seus confessionários, das selfies fotográficas, dos livros de auto-ajuda, por exemplo.

Assim, se, como argumentamos a partir dos estudos culturais, os sujeitos são construídos social e historicamente e os meios são parte fundamental da construção de identidades e subjetividades, devemos estar atentos ao fato de que estes produtos surgem, dialogam com e são mesmo possibilitados por um contexto sócio-cultural em que os discursos sobre si povoam todos os meios de comunicação, mesmo os não considerados necessariamente massivos. Acreditamos, finalmente, que o que se configura como forma de expressão de um jornalismo subjetivo nestes exemplos não sugere novidade simplesmente por deixarem ver marcas subjetivas do repórter, mas por dizerem, para além das convenções da forma jornalística, de um jornalismo inscrito nesse contexto delineado acima, da trama sociocultural e comunicativa que, na nossa perspectiva, mobiliza o jornalismo enquanto parte dessas sociedades.

## Notas

1 No original: more than anomic media consumers, isolated in their homes, they require shared experiential frameworks and symbolic raw materials to shape their collective identities even if impermanent. In other words, a prerequisite to the functioning of publics is some subjective sense of community.

2 Em seus *The Public Opinion* e *The Phantom Public*, e *The Public and its Problems*, Walter Lippman e John Dewey estabelecem um diálogo sobre a consuição da esfera pública e das discussões geradas a partir dela como algo que diria respeito apenas a especialistas ou às comunidades como um todo. Nesse sentido, Dewey enfatiza o caráter cultural da formação de conhecimento, hábitos e emoções e defende que o que constitui a ideia de democracia é a consciência clara de uma vida comunitária com todas as suas implicações. Ver discussão em: DEWEY, John. The search for the great community. In: HICKMAN, Larry A.; ALEXANDER, Thomas M. **The Essential Dewey**, Volume 1: Pragmatism, Education, Democracy. Bloomington: Indiana University Press, 1998.; LIPPMANN, Walter. **The phantom public**. Transaction Publishers, 1927. ; \_\_\_\_\_. **Public opinion**. Transaction Publishers, 1946.

3 No original: Cultural studies' bit underscores that at the sites of media reception and more generally in the pluralistic contexts of everyday life, the dividing lines between the personal and the political, or the private and the public, do not follow any tidy patterns. The psychological, the culture and the political interpenetrate. Issues of global geopolitics, the state, the corporate sector, region, neighborhood, family, identity, gender, intimate relations, race, class, the unconscious, language and so on activate each other and become actualized in various constellations within people's perceptions.

4 Ver THOMPSON, Edward Palmer. **The making of the English working class**. IICA, 1963.

5 Ver WILLIAMS, Raymond. **Culture and society, 1780-1950**. Columbia University Press, 1983.

6 Ver HOGGART, Richard. **The uses of literacy**. Transaction publishers, 1957.

7 Pensar a relação entre experiência e processo histórico, por exemplo, está também na base do conceito de estrutura de sentimento, de Raymond Williams, que recupera, através da noção de hegemonia de Gramsci, uma atenção para as relações de força exercidas em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva e não apenas nas relações produtivas ou por seu imperativo. Também para ele, a produção cultural deve ser entendida como material e as relações entre base e superestrutura marxistas não podem ser avaliadas em termos de simples reflexo, mas como “[...] um processo constitutivo com pressões muito poderosas que se expressam em formações políticas, econômicas e culturais e são internalizadas e se tornam ‘vontades individuais’, já que tem também um peso de ‘constitutivas.’” (WILLIAMS, 1979, p. 91) Assim, estrutura de sentimento, para Williams, é um termo que nos auxilia a pensar em algo que é “[...] tão firme e definido como sugere a palavra ‘estrutura’, ainda que opere nos espaços mais delicados e menos tangíveis de nossa atividade.” (WILLIAMS, 1961, p. 48), e a possibilidade de analisar isso se dá apenas no tempo, na análise histórica. Reivindicar o senso de processo histórico na construção de identidades significa enfatizar que nossas subjetividades são construídas socialmente mas não apenas por processos de interpelação ou imposição de discursos ideológicos.

8 Em português, a pesquisa refere-se às combinações “jornalismo + subjetividade”; “jornalismo + experiência”, “jornalismo + testemunho”, “autobiográfico + jornalismo” e “primeira pessoa + jornalismo”.

9 Ver DE LA PEÑA et al. Immersive Journalism: Immersive Virtual Reality for the First-Person Experience of News. In: **Presence**, Vol. 19, No. 4, August 2010, pp. 291–301; e VAN DER HAAK et al., The Future of Journalism. In: **International Journal of Communication** Vol 6, 2012, p. 2923–2938, ISSN: 1932-8036.

10 Ver MERTES, Cara. Where Journalism and Television Documentary Meet. **Nieman Reports**, v. 55, p. 53-54. Disponível em <<http://niemanreports.org/articles/where-journalism-and-107television-documentary-meet/>> Acesso em 24 de março de 2015; e VAN DER HAAK et al., The Future of Journalism. In: **International Journal of**

**Communication** Vol 6, 2012, p. 2923–2938, ISSN: 1932-8036.

11 Ver JACOBSON et al. The digital animation of literary journalism. In: **Journalism** (Fev., 2015) pp.1–20, DOI: 10.1177/1464884914568079

12 Ver BLAAGAARD, Bolette B. Shifting boundaries: Objectivity, citizen journalism and tomorrow's journalists. **Journalism**, v. 14, n. 8, p. 1076-1090, 2013; DE LA PEÑA et al. Immersive Journalism: Immersive Virtual Reality for the First-Person Experience of News. In: **Presence**, Vol. 19, No. 4, August 2010, pp. 291–301; e VAN DER HAAK et al., The Future of Journalism. In: **International Journal of Communication** Vol 6, 2012, p. 2923–2938, ISSN: 1932-8036.

13 Ver MERTES, Cara. Where Journalism and Television Documentary Meet. **Nieman Reports**, v. 55, p. 53-54. Disponível em <<http://niemanreports.org/articles/where-journalism-and-107television-documentary-meet/>> Acesso em 24 de março de 2015; e VAN DER HAAK et al., The Future of Journalism. In: **International Journal of Communication** Vol 6, 2012, p. 2923–2938, ISSN: 1932-8036.

14 No original: But is the true that personal journalism has mushroomed recently and must be seen in a wider social context – the confessional society. On television, in book, and on the internet, there is a fascinatin with ‘your story’ – personal experiences, stories and reactions. The raise d’etre of reality television is scrutinizing peopleo’s lives, dilemas and reactions to difficult situations.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

COWARD, Rosalind. **Speaking Personally: The Rise of Subjective and Confessional Journalism**. Palgrave Macmillan, 2013.

DAHLGREN, Peter. Journalism as popular culture. In: **Journalism and popular culture**. London, Sage, 2000, p. 1-23.

DEWEY, John. The search for the great community. In: HICKMAN, Larry A.; ALEXANDER, Thomas M. **The Essential Dewey**, Volume 1: Pragmatism, Education, Democracy. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Anotações para pensar o sujeito nos Estudos Culturais. In: **X Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, 2001.

GOMES, Itania Maria Mota. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. In: **Revista e-compos**, edição, v. 8, 2007.

MEAD, George H. The Nature of Aesthetic Experience. In: **International Journal of Ethics**, Vol. 36, No. 4, (Jul., 1926), pp. 382-393

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **The Power of News**. Londres: Harvard University Press, 1995, 6ª ed., 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.